



DIREITO ADMINISTRATIVO



Estratégia
OAB

1º SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

REPESCAGEM – DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Ivete Sangalo, moradora do Rio de Janeiro/RJ, deixou a vida cansativa de cantora, porque foi admitida no concurso de uma Autarquia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para exercer o cargo de Veterinária. Durante anos dedicados à Autarquia o Presidente da Instituição usurpou o direito de Ivete de usufruir suas férias, tendo em vista que o quadro de veterinários estava defasado e não havia previsão de realização do concurso público.

Após cumprir o requisito temporal necessário para aposentadoria, a servidora aposentou-se em 25/05/2022, entretanto, deixou de descansar os períodos de férias dos anos de 2010 a 2016. Além disso, a Administração calculou erroneamente o período de férias descontando o imposto de renda durante esses 6 anos.

Inconformada com a preterição de seu direito e ciente da situação, Ivete Sangalo pretende ingressar com ação judicial e, apesar de ter uma renda fixa mensal de aposentadoria e fazer bicos como cantora, as suas despesas de manutenção ultrapassam as demais receitas, não tendo como pagar as custas processuais.

Nesse contexto, Ivete procura você na condição de advogado a fim de buscar uma alternativa para ser ressarcida pelos 6 anos em que não teve gozadas as suas férias na Autarquia Federal, que totalizam o valor de R\$ 24.000,00, conforme certidão emitida pelo próprio setor de recursos humanos do IBAMA.

Mediante o exposto, redija a peça cabível para a defesa do direito constitucional às férias vencidas e não gozadas da servidora. Além disso, considere que seu cliente não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Duas amigas concursadas, Paula empregada pública da Caixa Econômica Federal e Natália, servidora do INSS, foram se encontrar em um restaurante para conversar sobre perda no cargo.

Paula, informou a amiga que por ter mais de 15 anos na Caixa teria a estabilidade, só poderia perder o emprego por sentença transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa.

Natália, por sua vez, informou que além dos requisitos mencionados pela amiga e por conter o mesmo tempo de trabalho no INSS, poderia perder seu cargo por avaliação especial de desempenho, assegurada ampla defesa.

Você, jovem advogado(a), encontra suas amigas no restaurante, com intuito de solucionar tais questionamentos. Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a), responda, fundamentadamente, aos questionamentos a seguir:

A) Paula, possuindo a estabilidade, só estava sujeito às duas possibilidades de perda do cargo mencionadas? (Valor: 0,65)

B) A posição de Natália estaria correta, poderia perder seu cargo por regular procedimento administrativo de avaliação especial de desempenho? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

O Governador do Estado X, com intuito de demonstrar efetividade em sua gestão, orientou que se desenvolvesse política pública de compra de equipamentos novos para postos de saúde em todo o Estado.

Após estudo preliminar, verificou-se que alguns postos de saúde nem sequer possuíam computadores. Diante disso, vendo a situação emergencial, o Governador do Estado, junto com o Secretário de Finanças, determinou a compra direta, sem licitação, de tais produtos para esses postos desguarnecidos.

E, ao mesmo tempo, orientou que se promovesse licitação, na modalidade pregão presencial, para que todas as demais unidades de postos de saúde em questão recebessem computadores novos com a maior brevidade possível.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir, conforme a nova **Lei 14.133/2021**:

- a) Haja vista seu caráter excepcional e potencialmente mitigador da competitividade, a escolha da modalidade pregão presencial deve ser justificada? (Valor: 0,65)
- b) Conforme o caso narrado, seria possível a hipótese de contratação direta, sem licitação, pelo Governador do Estado X? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 03

A Sociedade de Economia Mista X de um determinado Estado, visa formalizar um contrato para os materiais de utensílios diários, tais como papéis, canetas, clipes, entre outros, com a empresa Papelaria Marca Fácil LTDA-ME.

A Empresa Estatal como pretende firmar este contrato por um tempo indeterminado, acrescenta no contrato cláusula de ajuste de inflação dos materiais de utensílios diários, para que em determinado aumento dos produtos utilizados o fornecedor não saia no prejuízo.

Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) consultado(a), responda aos itens a seguir, conforme a Lei 13.303/2016:

A) A duração do Contrato com a Empresa Papelaria Marca Fácil LTDA-ME poderá ser indeterminado? (Valor: 0,65)

B) A Sociedade de Economia Mista X, poderia acrescentar no contrato cláusula de ajuste de inflação dos materiais de utensílios diários, mesmo sem a anuência da empresa Papelaria Marca Fácil LTDA-ME? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO DISCURSIVA 04

Diante de um deslizamento de terra ocorrido no Estado Alfa, por fortes chuvas ocorridas no nordeste brasileiro, 2 (duas) secretarias estaduais foram destruídas, não afetando uma terceira secretaria que ficava próxima ao local.

O Governador, por entender a situação emergencial, entende presentes as condições para a dispensa de licitação. Submete, então, à Assessoria Jurídica a indagação sobre a possibilidade de contratação de empresa de construção civil de renome nacional para a reconstrução da estrutura afetada de tais secretarias.

Diante dessa situação hipotética, responda, na condição de advogado(a), aos questionamentos a seguir, tomando como base a **Lei 8.666/93**.

A) O governador poderia aproveitar dessa situação para reformar a terceira secretaria que não foi afetada? (Valor: 0,60)

B) A dispensa de licitação, assim como a de inexigibilidade, dispensa a justificativa de preços? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel